

1 **Comissão Intergestores Bipartite de Assistência Social de Santa Catarina (CIB-**
2 **SC-AS).** Aos vinte e nove dias do mês de maio de dois mil e vinte, às treze e trinta
3 horas, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, na Rua Fúlvio Aducci, nº 767,
4 Estreito, Florianópolis, Cep: 88075-001, realizou-se a Reunião Plenária Ordinária da
5 Comissão Intergestores Bipartite da Assistência Social (CIB-AS-SC), por meio de
6 videoconferência, com a presença dos membros: representantes da Secretaria de
7 Estado do Desenvolvimento Social (SDS/SC): Maria Elisa da Silveira De Caro (Titular e
8 Coordenadora da CIB-AS-SC), Luciane dos Passos (Titular, Diretora de Assistência
9 Social), Esmael Ros da Luz (Titular e Gerente de Planejamento e Avaliação), Maristela
10 Antônia dos Santos (Titular, Gerente de Proteção Social Básica) e representantes do
11 Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social (Coegemas/SC):
12 Luan Maciel (Titular e Presidente do Coegemas); Tiago Cazara (Suplente e Secretário
13 Municipal de Capinzal/SC), Sandra Pinheiro (Titular e Secretária Municipal de
14 Assistência Social de Joaçaba/SC), Vagner Ferreira de Oliveira (Titular e Secretário
15 Municipal de Assistência Social de Joinville/SC). Ainda estavam acompanhando,
16 profissionais da SDS, gestores e técnicos municipais, representantes da câmara
17 técnica, associações de municípios, conselhos, bem como o Conselho Estadual de
18 Assistência Social (CEAS) representado por suas Conselheiras Cleide Terezinha de
19 Oliveira e Jadna Honório. Maíra Ribeiro Melo, Secretária Executiva da CIB-AS-SC,
20 realizou a chamada de composição da mesa virtualmente. Passou a coordenação da
21 reunião à Secretária Maria Elisa De Caro que iniciou saudando a todos, agradeceu a
22 presença nesse módulo de videoconferência no intuito de contribuir com a execução da
23 Política de Assistência Social e o fortalecimento do SUAS no Estado de Santa Catarina,
24 nesse momento tão preocupante por motivo da pandemia mundial ocasionado pelo
25 coronavírus, (COVID-19). Sr. Luan também deu as boas vindas a todos, desejou uma
26 excelente tarde de trabalho. Em seguida foi realizada a apreciação e aprovação da
27 pauta com os seguintes pontos: **1º. Verificação da presença e da existência de**
28 **quórum**, confirmado; **2º. Apresentação, apreciação e aprovação da pauta**, foi
29 informado que a pauta havia sido encaminhada a todos os interessados anteriormente,
30 aberta para aprovação da Pauta, a mesma foi aprovada pelo Coegemas, com a
31 inclusão dos seguintes itens: Portarias 369 e 378 de 29/04/2020, novo recurso do
32 governo federal e questionário da regionalização do serviços de alta complexidade,
33 informe de *lives* realizadas pela DIAS; **3º. Apreciação e aprovação da ata da reunião**
34 **plenária anterior**, foi aprovada a ata da 3ª Reunião Plenária Ordinária por
35 videoconferência, com o conteúdo de acordo; **4º. Matéria de Pactuação: Diagnóstico**
36 **Situacional das Metas do Pacto de Aprimoramento SUAS – etapa 2019:** Sra.
37 Luciane relata que a avaliação das metas do Pacto de Aprimoramento do SUAS
38 referentes a 2019 foram encaminhadas para aprovação na CIB do mês de março. Na
39 oportunidade, a CIB decidiu que as referidas metas seriam avaliadas pela Câmara
40 Técnica da CIB que estudou e encaminhou para a Câmara Técnica do Coegemas, que
41 após realizar estudo encaminhou para a Coordenação da CIB sugerindo aprovação da
42 CIB e relatório elaborado pelo Estado para o alcance das metas que não foram
43 cumpridas e das metas parcialmente cumpridas. Sr. Luan informou que as metas do
44 Pacto foram apresentadas na reunião do Coegemas, para os Gestores, com a
45 presença da Câmara Técnica, que sugeriram relatório com o comprometimento da
46 Secretaria de Estado para dar continuidade no esforço em atingir as referidas metas,
47 informando as dificuldades no cumprimento, para que os municípios possam ter

48 subsídios para cobrar dos órgãos responsáveis o suporte para cumprimento das
49 mesmas. Foi lida a minuta da Resolução do Diagnóstico Situacional das Metas do
50 Pacto de Aprimoramento SUAS – etapa 2019, que foi aprovado, com o
51 encaminhamento para ser elaborado o relatório já citado. **Alteração dos membros da**
52 **Mesa Diretora e membros da Câmara Técnica:** Com a nova Diretoria do Coegemas,
53 é necessário alterar os membros que compõe a CIB e Câmara Técnica da CIB, o
54 Estado também apresentou novos membros em substituição àqueles que já não estão
55 mais no quadro funcional da Secretaria. Desta forma o Estado apresentou seus novos
56 membros, porém o Coegemas, dentro do seu regimento interno precisa aprovar seus
57 membros em reunião própria, para posteriormente apresentar a composição à CIB. O
58 encaminhamento é para que o Coegemas defina seus membros e na próxima reunião
59 de CIB seja pactuada a nova composição da referida Comissão. **Alteração do**
60 **Calendário Anual da CIB:** Tendo em vista a pandemia COVID-19, há a necessidade
61 de alterar o calendário da CIB, pactuado na reunião de novembro 2019, para
62 videoconferência nos meses de Junho e Julho, e as datas destes meses também
63 precisariam ser alteradas. Junho do dia 18 para o dia 30 de junho e Julho de 16 para
64 dia 30 de julho, pois as reuniões ficariam muito próximas umas das outras, o que foi
65 aprovado. **Questionário a respeito da Regionalização dos serviços de alta**
66 **complexidade:** Assunto foi incluído na pauta da reunião. Conforme já havia sido
67 decidido em reuniões anteriores da CIB, a elaboração do questionário a respeito da
68 execução dos serviços de alta complexidade que será respondido pelos municípios
69 com o intuito de iniciar um diagnóstico atual sobre Regionalização e a criação do Grupo
70 de Trabalho referente ao tema. Luciane informa que houve reunião com os membros
71 do GT, para a conclusão do questionário, em que participaram a Sra. Janice Merigo,
72 representante da FECAM, Jaqueline Muller Graeff, representante do Coegemas e os
73 servidores da SDS, Maicon Medeiros, Camila Nelsis e Luciane dos Passos, onde
74 saíram os seguintes encaminhamentos: o questionário está pronto, foi feito um teste
75 piloto em que técnicos e municípios responderam, para que no dia 01/06/2020, seja
76 enviado aos municípios para responderem até o dia 30/06/2020, em meados de junho o
77 GT fará avaliação do andamento dos questionários recebidos pelos municípios para
78 verificar as dificuldades em relação às respostas do questionário, a cada dois meses
79 será levado a CIB para informações a respeito dos encaminhamentos do questionário e
80 ainda, semanalmente a SDS enviará à FECAM a estatística do preenchimento e envio
81 de respostas dos municípios, para que a entidade possa orientar os municípios que
82 necessitarem. Em janeiro haverá o retorno aos municípios com relatório do GT, e
83 diagnóstico inicial. Maicon, gerente da alta complexidade da SDS, informou que o
84 questionário trará informações bem completas em relação aos serviços de alta
85 complexidade no Estado, que o mesmo está dividido em blocos, para crianças e
86 adolescentes, já prevendo a possibilidade de família acolhedora, para idosos, para
87 jovens e adultos com deficiência, mulheres em situação de violência e adultos e
88 famílias, em que é questionada a possibilidade de regionalização também de família
89 acolhedora para esses segmentos. Coloca-se a disposição para esclarecer as dúvidas
90 dos municípios no processo de preenchimento. Secretária M^a Elisa ressalta a
91 importância de incluir no questionário a discussão a respeito da família acolhedora para
92 idosos e pessoas com deficiência, para que o diagnóstico fique completo. Agradece a
93 compreensão de todos, nesse momento complicado, para realizar o preenchimento do
94 questionário, e ressalta a importância das informações que serão obtidas com o

95 resultado do questionário. Sra. Jaqueline do Coegemas informou que na reunião do
96 Colegiado foi sugerido retirar alguns pontos do questionário, mas entende que devem
97 ser mantidos, em se tratando de diagnóstico deve ser pensado para o futuro também,
98 principalmente em se tratando de municípios pequenos que não possuem o serviço e
99 que encontram dificuldade de vagas em outros municípios que disponibilizam os
100 mesmos. Ressalta que outro ponto, em relação à custos, é questionado qual
101 contrapartida os municípios poderiam disponibilizar, entende que também deve ser
102 mantido para ficar claro para todos os entes a realidade dos municípios, para que
103 sejam pensadas todas as possibilidades no momento em que as regiões forem
104 implantar e implementar o serviço. Ressalta que o questionário ficou muito bem
105 elaborado, muito completo e aborda todas as possibilidades para implementação futura
106 dos serviços, respeitando a tipificação dos serviços socioassistenciais do SUAS.
107 Entende que não deve ser alterado o questionário, que será um estudo longo à frente e
108 que todas as possibilidades devem ser pensadas nesse momento. Secretária M^a Elisa
109 agradece a contribuição e ressalta a importância do que foi falado, pois para planejar o
110 futuro esse diagnóstico será muito importante. Luciane ressalta que o controle social
111 será realizado ao longo dos estudos, que convidados, a exemplo do CEAS, serão
112 chamados para participar do GT após a tabulação dos dados, para que contribuam e
113 participem das decisões a serem tomadas. Sra. Janice representante da FECAM,
114 ressalta que entendeu em reunião do GT, que seria necessário aprofundar mais o
115 debate para algumas questões, como família acolhedora para mulheres em situação de
116 violência, pois não lembra de esse debate ter acontecido em Santa Catarina, para ser
117 incluso no questionário, porém compreende que seria um dado para ser pensado
118 futuramente. Salaria sua preocupação em relação às questões em que se refere a
119 participação dos municípios, como por exemplo, cedência de servidores, equipe
120 técnica, cofinanciamento, e o que ficou encaminhado na reunião do Coegemas, na
121 parte da manhã, foi que se discutiria novamente as questões para o questionário ser
122 aprovado na próxima reunião em junho. Esclarece que quando se pensa em
123 regionalização, há duas formas que são: diretamente pela gestão estadual, pela rede
124 não governamental, as entidades socioassistencias, e que não deveria conter no
125 questionário nesse primeiro momento o questionamento em relação à contribuição que
126 os municípios poderiam realizar, que a preocupação é de contar com o auxílio dos
127 municípios para quando for implantar o serviço. Entende ser muito importante o
128 questionário, para que se possam ter tais dados, saber onde estão os serviços de alta
129 complexidade, quais são de idosos, quais são de crianças e adolescentes, que são
130 dados que hoje o Estado não possui, que é um estudo fundamental. Porém ressalta
131 sua preocupação em todas as questões constar qual será a contribuição dos
132 municípios, sugere que estes questionamentos sejam retirados do questionário, pois
133 isso será muito futuramente, para quando se pensar e planejar os serviços de
134 regionalização e como irão acontecer. Maicon informa que a compreensão da SDS em
135 relação ao questionário, é que ele trará diagnóstico importante em relação aos serviços
136 para o Estado, trará a realidade desse momento, e para o processo de regionalização
137 que ocorrerá futuramente será necessário esses dados para a formulação dos
138 procedimentos que poderão ser realizados no momento de implantar o serviço.
139 Entende que estas questões são importantes constar no questionário para que no
140 futuro se pense as ações e possibilidades, contando já com essas informações.
141 Secretária M^a Elisa pondera ser necessárias tais questões para se ter o conhecimento

142 da dimensão das dificuldades a serem enfrentadas, e se ter o conhecimento e legitimar
143 as deficiências para que posteriormente se possa exigir que as mesmas sejam
144 sanadas. Sra. Janice reforça que a questão não tem esse objetivo, deixa claro que é
145 para compor os serviços de regionalização. Sra. Jaqueline leu a questão do
146 questionário para que todos pudessem compreender o que a Sra. Janice está
147 colocando. Jaqueline esclarece que fica claro que o município tem autonomia para
148 informar no questionário com o que poderá contribuir e se poderá ou não contribuir.
149 Entende que a questão irá auxiliar o Estado a definir como serão as regras para a
150 regionalização, qual será a responsabilidade do Estado e qual poderá ser a
151 participação dos municípios, mas sabendo que a responsabilidade é do Estado.
152 Luciane pondera que esta questão é importante que seja mantida, para que se possa
153 ter justamente o diagnóstico, quais serão as possibilidades para que o Estado possa
154 pensar, ter dados, no momento em que for viabilizar a implantação dos serviços, sendo
155 que fica claro que nada será definido no momento atual, mas serão dados que ajudarão
156 em um momento futuro. Sr. Luan após a leitura da questão entende que não há
157 problema de ser mantido, pois poderá ajudar o Estado a se programar no momento em
158 que for implantar o serviço. Afirma que hoje os municípios arcam com as despesas
159 sozinhos, e se no momento da regionalização o município puder contribuir com algum
160 recurso, seja de pessoal, financeiro ou imóvel será importante ao Estado estar com
161 esses dados precisos. Afirma que a regionalização será a prioridade do Coegemas em
162 sua gestão, pois entende que é um serviço de extrema relevância, que precisa ser
163 implantado, se tornando uma realidade no Estado, sendo que hoje os municípios arcam
164 com todo o custo dos acolhimentos. Lembrou ainda que foi criado um grupo de trabalho
165 para os estudos da regionalização e para o questionário, e entende que o mesmo deve
166 ser discutido por este grupo, que tem representantes do Coegemas, FECAM, e SDS
167 assim, pondera que é o grupo de trabalho que possui a competência para definir as
168 questões, e que é o grupo quem deve decidir que questões entrarão no questionário.
169 Desta forma solicita ao grupo celeridade na finalização do questionário, pois os
170 municípios realmente necessitam de definições concretas a respeito do tema e que
171 seja rapidamente implantado o serviço. Luciane concorda com Sr. Luan que há
172 questões que o próprio grupo de trabalho tem competência para definir. Como
173 encaminhamento informa que o questionário será encaminhado aos municípios para
174 que até o prazo de 30/06/2020 os municípios devolvam respondido, mantendo o
175 cronograma já apresentado. **Informes da SDS e Coegemas:** Sra. Luciane informa que
176 os Informes da CIB já foram enviados anteriormente aos interessados e conforme
177 solicitação alguns temas serão abordados. **Recursos Extraordinários: Federal e**
178 **Estadual e Portarias do Governo Federal 369 e 378:** Luciane esclarece que as
179 Portarias foram incluídas por solicitação do Coegemas. Secretária M^a Elisa informa que
180 no dia 29/05/2020 aconteceu a live que elucidou as dúvidas a respeito da Portaria MC
181 369 do Governo Federal, ressaltou que se os gestores municipais não puderam assistir,
182 valeria a pena resgatar essa live, porque é muito esclarecedora, especialmente para os
183 gestores. Entende que as dúvidas que existiam foram em sua maioria respondidas, a
184 equipe da SDS agora, precisa alinhar se irá fazer o aceite em nível estadual. Desta
185 forma entende que ficou muito claro quais são as possibilidades de aplicação dos
186 recursos vindos desta portaria. Esclareceu então a respeito dos recursos da Lei
187 Complementar 173 de 27/05/2020, que foi aprovada e sancionada pela União. Informa
188 que esteve em reunião com a Secretaria Estadual da Fazenda, e que foi debatido a

189 respeito das regras de utilização do recurso e que agora foi aprovada. Haverá recursos
190 que virão direto aos municípios e também virão recursos para o Estado, entende que
191 será necessário realizar reunião extraordinária da CIB para debater especificamente a
192 respeito desses recursos, pois haverá serviços que poderão ser pagos com essa Lei
193 Complementar e outros que poderão ser pagos pelo Estado, então será necessário
194 alinhar em que serviços esses recursos serão aplicados, para não haver duplicidade na
195 aplicação dos mesmos. Porém ainda é necessário aguardar as definições completas
196 em relação à esses recursos, para depois realizar a extraordinária para alinhar a
197 aplicação dos mesmos. Sr. Luan questiona se há a possibilidade desses recursos
198 extraordinários serem aplicados nos mesmos moldes do cofinanciamento estadual, em
199 que os municípios possam optar em que Proteção ou Benefícios Eventuais irão utilizar.
200 A Secretária M^a Elisa esclarece que acredita que tais recursos poderão ser aplicados
201 desta forma e afirma que poderá ser utilizado em Benefícios Eventuais. Esclarece
202 ainda, que a pactuação do cofinanciamento de 2020, não será alterada, o que foi
203 realizado até o dia de hoje, se mantém, por exemplo, plano de trabalho para as
204 próximas parcelas, esse recurso que já havia sido pactuado se mantém da mesma
205 forma. O que será necessário pactuar será esse recurso extraordinário, pois será uma
206 nova pactuação. Afirmou que a antecipação da 2^a parcela do cofinanciamento de 2020
207 será para o mês de julho. Sr. Luan informa que esteve em reunião com o Prefeito do
208 município e que o recurso da LC 173/2020, será aplicado em sua maior parte na área
209 da saúde, assim do recurso que for disponibilizado à Assistência Social, se houver a
210 possibilidade de flexibilização da escolha ou para Proteção Social ou Benefício
211 Eventual que o município julgue que for mais necessário, seria fundamental aos
212 mesmos nesse momento. Sr. Caio esclarece que caso os recursos extraordinários
213 venham com obrigatoriedade de serem aplicados em uma determinada Proteção ou
214 serviço e se caso seja coincidente com o Plano de Trabalho do município em relação
215 ao cofinanciamento de 2020, foi verificado que o Plano de Trabalho do cofinanciamento
216 2020, encaminhado pelo município, poderá ser alterado de acordo com a necessidade
217 do mesmo. Secretária M^a Elisa esclarece que a justificativa para a aplicação do
218 recurso, será a covid19, em que serviços o município enfrentou maior dificuldade por
219 motivo da pandemia, porém ressalta que é necessário aguardar as regras que virão,
220 para que seja realizado estudo para ter o conhecimento correto de quais serviços
221 poderão ser aplicados os recursos. Sr. Luan solicitou ao Caio da SDS, listagem dos
222 municípios que já encaminharam o Plano de Trabalho referentes a 2^a e 3^a parcelas do
223 cofinanciamento 2020, pois irá encaminhar solicitação aos gestores municipais para
224 que tenham celeridade no envio do plano, por motivo do adiantamento da 2^a parcela.
225 Sra. Luciane ressalta que em relação às portarias, a SDS está a disposição para
226 esclarecer as dúvidas dos municípios, que está no site da SDS a orientação técnica n^o
227 12, que esclarece a respeito da Portaria 369. Secretária M^a Elisa ressalta que o impacto
228 da pandemia causada pela covid19, na vida dos cidadãos será muito grande, muitas
229 pessoas solicitaram o auxílio emergencial, porém isso não quer dizer que todas essas
230 pessoas irão utilizar os serviços da política de Assistência Social, porque muitas, assim
231 que puderem retomar seus trabalhos, não se tornarão dependentes, mas uma parcela
232 considerável irá ficar. Afirma que é necessário lembrar que a característica dessa crise
233 é diferente de outras crises que já ocorreram, porque não foi uma crise causada pela
234 economia, que se leva muito mais tempo para recuperar, pois não foi à economia que
235 levou a crise, é uma crise econômica causada por uma crise sanitária, o que significa

236 que assim que as empresas tiverem uma recuperação razoável, elas irão conseguir se
237 reerguer porque o parque industrial está preservado, as pessoas estarão prontas para
238 voltar à esses empregos, as pessoas irão gastar, portanto será necessário produzir, a
239 produção irá crescer, e isso ajudará a aumentar os empregos. Portanto, será difícil sim,
240 mas não foi uma crise que se considera de depressão econômica, foi uma crise
241 causada por questões sanitárias, todos irão fazer o que for possível para recuperar
242 esses parques industriais para aqueles que têm, ou as ações para aqueles serviços
243 que não são formais e autônomos e principalmente saber que todos estarão em uma
244 ação de recuperação da economia e dos empregos. Então, entende que nem tudo irá
245 recair para a política de Assistência Social, que irá ter uma parcela maior de usuários e
246 por um período mais longo é certo, é necessário se preocupar e antecipar ações nesse
247 sentido, mas é uma crise com características diferentes de crises econômicas que já
248 ocorreram, em que a economia era o motivo do decréscimo das ações econômicas,
249 salienta que é importante se ter consciência desse fato. Sr. Luan concorda com a
250 Secretária M^a Elisa, mas afirma que sua preocupação é ter segurança jurídica na
251 utilização dos recursos, que estão chegando e os municípios têm pouco tempo para
252 estudar e avaliar a utilização, para que posteriormente, no futuro não seja cobrado pelo
253 mau uso dos recursos. Secretária M^a Elisa concorda e afirma que é necessário ter
254 muita clareza no momento de aplicar os recursos, e que os gestores que são aqueles
255 que respondem pelo recurso. Assim, há tempo de estudar, é importante ter tempo de
256 entender a melhor maneira de aplicar, pois é de fato, no futuro o gestor que irá
257 responder, por isso é necessário ter segurança, foi por esse motivo que foi solicitado
258 cautela e que a SDS não iria repassar informações de forma irresponsável, sem ter a
259 certeza de como poderá ser aplicado os recursos que estão sendo disponibilizados.
260 Sra. Luciane reafirmou a fala da Secretária M^a Elisa, que a SDS está a disposição para
261 sanar dúvidas, que é o papel do Estado, que a DIAS tem o cuidado de não repassar
262 informações sem ter a certeza, de forma irresponsável, sem antes ter o respaldo do
263 governo federal, é necessário o apoio técnico do governo federal, que possui essa
264 obrigação para com o Estado e o Estado para com os municípios. Passou ao próximo
265 informe, **Funcionamento dos equipamentos CRAS, CREAS e Centro Dia**
266 **construídos pelo Estado – Pacto por SC:** Informou que a DIAS está recebendo
267 denúncias a respeito de equipamentos da política de Assistência Social, como CRAS e
268 CREAS, que foram construídos pelo Estado, e estão sendo utilizados para a área da
269 saúde, como centros de triagem por exemplo para o combate à covid 19, a DIAS já
270 elaborou orientação técnica a esse respeito, pois os equipamentos da Assistência
271 Social, devem ser utilizados para o fortalecimento da referida política. Sr. Esmael
272 informa que quando foram iniciadas as obras do pacto por SC, foi assinado um termo
273 de cessão de uso, que é claro na utilização exclusiva para a Assistência Social, e
274 quando se utiliza para outro serviço, se acaba modificando o destino do trabalho, além
275 do termo de cessão de uso, há o termo de cooperação em que o uso do equipamento é
276 para utilização exclusiva da Assistência Social, é necessário ter cuidado para não
277 alterar o objetivo do trabalho do equipamento, informa que está a disposição para
278 esclarecer as dúvidas dos municípios que assim necessitarem. Secretária M^a Elisa
279 esclarece que faz parte do Estado fiscalizar, orientar, nesse momento, é importante os
280 municípios se adequarem, para oferecer o serviço que o equipamento foi destinado,
281 informa que o Estado está atento, mas com o objetivo de auxiliar os municípios no
282 fortalecimento da política de Assistência Social. Sra. Luciane pondera que a DIAS está

283 informando aos municípios que os equipamentos são de uso exclusivo da Assistência
284 Social, que não se pode confundir com a política da saúde. Sr. Luan concorda que é
285 necessário que o Estado tome cuidado nesse momento, pois esse ano é político e deve
286 se avaliar a questão, pois é grave o fato de estar utilizando um espaço que também é
287 de serviço essencial que é a política de Assistência Social, para a Saúde. Sra.
288 Maristela, gerente da Proteção Básica da SDS, pondera que compreende a gravidade
289 da pandemia, mas que a Assistência Social também tem importância fundamental
290 nesse momento, e é importante também ser avaliado a importância da Assistência
291 Social, não se pode tirar um equipamento da Assistência Social, que precisa estar
292 fortalecido para estar pronto para fazer o enfrentamento das dificuldades que virão,
293 pois a preocupação está no futuro, pois as consequências da pandemia ficarão muito
294 mais fortes no contexto da Assistência Social e é necessário estar preparado para esse
295 momento e os equipamentos e as equipes precisam estar prontas para esse momento
296 também, é necessário que se esteja bem atento à isso, para o fortalecimento das
297 equipes e serviços da Assistência Social, até para que isso não se torne um hábito,
298 pois sabe-se que em municípios pequenos, com características próximas, um faz e os
299 outros seguem o exemplo, e se não estiver atento não se terá mais equipamentos
300 principalmente nos CRAS, lembrando ainda que é nos CRAS que há o atendimento a
301 questões relativas INSS, o auxílio emergencial, benefício eventual, os auxílios estão
302 vindos todos para o CRAS, não há possibilidade de o CRAS não estar funcionando,
303 para atender à uma outra política, por mais que essa outra política também necessite
304 do equipamento. É necessário pensar junto aos municípios outra alternativa, outro
305 espaço, para que não seja necessário utilizar o espaço do CRAS que também é serviço
306 essencial. Informa que está em contato com os municípios e também com o governo
307 federal para oferecer todo o suporte técnico necessário. Secretária M^a Elisa agradece a
308 servidora Maristela e ressalta a importância da colocação da mesma, pois não é com o
309 objetivo de punição, mas é necessário seguir o que a legislação determina, o que é
310 legítimo e a forma correta de executar os serviços. O Estado é o órgão fiscalizador,
311 então se chegar a denúncia, é necessário averiguar, orientar, aguardar que a
312 orientação seja atendida, implementada da forma como deve ser, e se acontecer de
313 não ser implementada conforme as orientações, o Estado será obrigado a intervir, pois
314 é o momento de protagonismo da Política da Assistência Social, de mostrar a
315 importância do trabalho da Assistência Social, e mais do que nunca, é necessário dar
316 visibilidade a este trabalho, que é nosso, legitimamente nosso, o que é trabalho da
317 Assistência Social e o que é trabalho de outras políticas. Ressalta que o Estado está a
318 disposição para auxiliar em tudo que for legítimo, terá o apoio da SDS, porém tudo que
319 não for legítimo será questionado e iremos compor de forma que o município não seja
320 prejudicado, auxiliando com o que é possível ser realizado, mas sem infração da
321 legislação ou ordenamento ou orientação que parta do Estado ou da União. Sra.
322 Luciane agradece e após a leitura dos informes, finalizando a pauta da reunião, passa
323 a palavra para o Sr. Luan e Secretária M^a Elisa finalizarem a reunião. **5 °**
324 **Encerramento:** Sr. Luan agradeceu à todos os gestores, técnicos que acompanharam
325 a reunião de CIB, reunião produtiva, com notícias boas, que seja sempre assim, para
326 nos dar força para lutar pela política de Assistência Social, gostaria de agradecer aos
327 colegas de mesa, tanto do Coegemas, como também da SDS, afirmou que é
328 compromisso enquanto Presidente do Coegemas, ser a voz de todos os gestores
329 municipais de Santa Catarina, sempre pensando na ampliação da política de

330 Assistência Social, o SUAS, agradece a todos pela vontade e esforço conjunto nesta
331 ampliação, agradece a Diretora de Assistência Social, Sra. Luciane, que sempre está
332 disponível, no horário que for, para auxiliar e esclarecer dúvidas e demandas, no
333 esforço para alinhar a política no Estado e também com a Secretária M^a Elisa, que não
334 é diferente. No futuro vamos nos orgulhar de ter construído e contribuído para política,
335 e isso só será possível pois está sendo construído junto. Reafirma o apoio à Secretária
336 M^a Elisa. Questiona se algum membro do Coegemas gostaria de fazer suas
337 considerações finais, e não houve manifestações. Sra. Luciane agradece, afirma seu
338 esforço em contribuir para o fortalecimento da Assistência Social. Secretária M^a Elisa
339 finaliza a reunião, agradecendo as palavras do Presidente do Coegemas, afirma que
340 desde o ano de 2019 SDS e Coegemas tem tido muito respeito, juntos no objetivo de
341 fortalecer a política de Assistência Social no Estado de Santa Catarina, relembra que
342 não se debate mais e tão somente a respeito de recursos, as reuniões da CIB tem sido
343 muito ricas no sentido de discussão da política pública em si, construindo a política com
344 calma e da forma mais correta possível, isso mostra o empenho de todos no
345 fortalecimento da Assistência Social. Ressaltou o empenho de toda equipe da SDS em
346 fazer a melhor parceria com os municípios. Reafirma seu compromisso com os
347 municípios, que está na gestão para dar apoio aos gestores municipais de Assistência
348 Social, bem como o próprio prefeito, sempre estará disponível para a troca de
349 informações e orientações, é um dialogo aberto, franco, é resolver os problemas, isso é
350 muito importante e agradece muito, pois isso só é possível porque os municípios têm o
351 olhar diferenciado para esta gestão, olhar de realizar em conjunto, construir, tendo um
352 dialogo muito aberto e franco, e agradece ao Coegemas que faz esse intercambio entre
353 o Estado e os municípios. Fica feliz com o reconhecimento de que a gestão Estadual
354 está bem próxima aos municípios. Nada mais havendo a tratar, eu Maíra Ribeiro Melo –
355 Secretária Executiva da CIBSC, lavrei a presente Ata, cuja gravação encontra-se nos
356 arquivos da Secretaria Executiva da CIB-AS-SC.